



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 231/2023

Processo Licitatório nº: 18.655/2023

Processo de Impugnação n.º: 32.035/2023

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 231/2023

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa prestadora de SERVIÇO DE VEICULAÇÃO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, EM CANAL DE TV ABERTA, com alcance em toda Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro

IMPUGNANTE: TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA , com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital do Pregão Eletrônico n.º 231/2023**.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 017 de 05 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 06 de janeiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão II

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. A impugnante sucintamente alega que, os termos da cláusula 22.2, que, por sua vez, exige que a “TV Contratada” tenha “alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecida por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV”.”, **“...acaba por retirar toda e qualquer posição de igualdade entre as empresas conhecidas no mercado de Radiodifusão.”**, prossegue alegando que, **“é de conhecimento público que apenas uma única empresa possui capacidade de cumprir a exigência estipulada”**, afirma que, **“A manutenção da referida exigência, além de descabida demonstra-se predatória e mutila a validade da concorrência do pregão em referência”**

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante que:



Comissão de Pregão II

a) ***“Em face do exposto, requer-se que a presente impugnação seja recebida e julgada procedente, procedendo-se à exclusão da exigência do item 22.2 (“Ter alcance mínimo de share de 40% (quarenta por cento) na região, reconhecido por órgão de credibilidade nacional na verificação de veiculação de audiência de TV”) promovendo, por conseguinte, as comunicações de praxe.”.***

IV. DA ANÁLISE DO MÉRITO

07. Considerando que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência e ainda que as razões da impugnação são técnicas, tema que foge ao domínio do Pregoeiro, o assunto foi submetido à Secretaria Requisitante para análise e manifestação, e após a à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos a fim de subsidiar a decisão ante impugnação interposta.

08. A Secretaria Municipal de Gabinete, se manifestou no sentido que a cláusula que exige o alcance mínimo de *share* de 40%” (quarenta por cento) volta-se exclusivamente no interesse da administração de cocar o alcance do objeto licitatório em determinado local específico, conforme se observa da exposição de motivos transcritas a seguir:

“II – DO MÉRITO

Quanto ao mérito, alega a impugnante que a cláusula 22.2 seria desarrazoada e, portanto, deveria ser excluída do certame. Essa alegação é baseada na suposição que apenas uma empresa teria condições de atender a essa especificação, ferindo assim o princípio da concorrência do certame licitatório.



Comissão de Pregão II

A empresa ainda alega saber qual o “player! Que se sagraria vencedor do presente certame e ainda que a cláusula feriria o artigo 3º, II da Lei 10.520/2002, alegando que a forma como os itens foram descritos violaria a Lei do Pregão e a obtenção da melhor proposta.

Resumida as alegações da Impugnante passamos a análise dos pontos.

A princípio precisamos esclarecer que o objeto dessa contratação é atender ao princípio da publicidade e além disso, promover ações e eventos do Município de Nova Friburgo, não apenas localmente, mais sim, em toda região.

A divulgação dos eventos municipais, por exemplo, é de sua importância para atrair turistas e nas propagandas oficiais é fazer com que as campanhas tenham o máximo alcance entre o público alvo. Desta feita, é crucial para a melhor utilização do dinheiro público, que a empresa contratada, seja aquela que tenha a maior alcance no Município e região, porque, se diferente for, de nada adiantará a divulgação em meios de comunicação com baixo alcance de audiência.

O que está estabelecido é que a empresa vencedora tenha um alcance mínimo de share 40%. O que para a empresa parece uma restrição de competitividade, na verdade, é uma necessidade da Administração Pública.

Isto porque, um alcance abaixo dos 40%, seria completamente inócuo para a Administração e não alcançaria o fim pretendido por este certame, qual seja, o maior alcance das propagandas oficiais do Município.

Sendo assim, a retirada dessa cláusula, significaria a completa desvirtuação do objeto, porque, em caso de empresas com share abaixo do requerido a contratação não atingirá o fim público a que se pretende.

Ademais, em momento algum, trouxe a empresa impugnante qualquer comprovação de sua alegação, não tendo como esta Administração



Comissão de Pregão II

averiguar a veracidade de sua afirmação, ou se apenas pretende a impugnante adequar a licitação para sua participação.

Além do já explicado é proveitoso afirmar que a proposta mais vantajosa não é sinônimo de mais econômica. Porque a análise deve ser do melhor preço, sendo uma união da proposta com melhor preço e a solução que mais adequada para a Administração.

Sendo assim, neste caso, a melhor proposta será aquela que aliar o melhor preço ao maior alcance de share na região.

Em rápida pesquisa é possível ver que há diversos municípios solicitando o mesmo percentual de share, desmontando ser essa uma porcentagem razoável e utilizada de forma recorrente pelos Órgãos Públicos em geral.

III – CONCLUSÃO

Pelo exposto, decidimos pela manutenção da Cláusula 22.2 do edital 232/2023, pelos fundamentos acima expostos, pugnando pelo prosseguimento do feito.”

08. A Procuradoria Geral Municipal, instada a se manifestar, sucintamente, concluiu que **“não vislumbra, óbice à manutenção da cláusula editalícia impugnada”**, conforme parecer exarado, em anexo a esta decisão, independente de transcrição.

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

09. Reputando a manifestação da Secretaria Requisitante e da Procuradoria Geral do Município, parte integrantes desta decisão, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que não assisti, razão à Impugnante, motivo pelo qual deverão ser mantidas as exigências do Edital do Pregão 231/2023.



Comissão de Pregão II

VI. DA DECISÃO

10. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela manifestação da secretaria requisitante e do parecer exarado pela PGM, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta pela empresa TVSBT – CANAL 3 DE NOVA FRIBURGO LTDA, no processo licitatório referente ao Edital do **Pregão Eletrônico n.º 231/2023**, e no mérito, **NEGO PROVIMENTO**, pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 28 de novembro de 2023.

JONATHAN P. CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870